



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia

Gênero e mídia: representações visuais de feminilidade e masculinidade

Thamires Medeiros de Santana

Brasília
Junho, 2017

Resumo: Este artigo teórico tem como objetivo explorar diálogos entre a Psicologia, as Ciências Sociais e as Artes Visuais com relação as discussões sobre gênero e mídia. Uma vez que a mídia corresponde a um contexto educativo não formal e tem se mostrado cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, orientando as representações de gênero e sexualidade, torna-se interessante estudar as configurações e os processos de significação que decorrem dessa nova forma de configuração social. A discussão se inicia a partir da definição de cultura e subjetividade, as quais são constituintes do sujeito. Posteriormente, serão discutidas questões relativas aos processos identitários e em um terceiro momento, serão analisadas as possibilidades de diálogo entre gênero, mídia e as artes visuais. O estudo foi realizado através de uma ampla pesquisa bibliográfica sobre o tema, o que contribuiu para uma maior compreensão acerca das representações de feminilidade e masculinidade, além de contribuir com a ampliação da discussão sobre as desigualdades entre os gêneros e as relações de poder vivenciadas por homens e mulheres na sociedade brasileira.

Palavras-chave: gênero, mídia, representações visuais, configurações, desigualdades sociais.

Este artigo teórico se propõe a explorar diálogos entre a Psicologia, as Ciências Sociais e as Artes Visuais com relação as discussões sobre gênero e mídia. Sendo a mídia um contexto educativo não formal, ela transmite orientações às pessoas, estimulando determinadas práticas e não outras. Dentre essas orientações, encontram-se àquelas que dizem respeito ao gênero, modos de ser homem e mulher, e à sexualidade, modos de exercer a sexualidade.

A presença da mídia no cotidiano das pessoas tem se intensificado com o passar do tempo, além disso, a propagação dos meios de comunicação está cada vez maior, o que, por sua vez, faz com que o acesso as informações se torne mais fácil. Hoje em dia, as pessoas podem entrar em contato com notícias, reportagens, artigos, documentários e etc, em questão de segundos, graças a internet. Ademais, há uma grande exposição aos meios de comunicação, como, por exemplo: televisão, rádio, revistas, redes sociais e etc. Diante disso, uma discussão aprofundada sobre as questões de gênero se torna extremamente relevante e plausível. Possibilitando assim, compreender as configurações a respeito da feminilidade e masculinidade que são criadas e transmitidas através do ambiente social e cultural.

O termo configurações, se refere a noção elucidada pelo sociólogo Norbert Elias, o qual afirma que as pessoas constituem configurações ou teias de interdependência de vários tipos, dentre elas família, escola, cidade, camadas sociais, Estado e etc. De acordo com Hunger, Rossi & Souza Neto (2011), estas configurações são apresentadas em representações de indivíduos interdependentes, deste modo, a constituição de um sujeito

resulta das diferentes configurações nas quais ele está imerso. Conforme esse pensamento, as pessoas moldam suas ideias a partir de suas experiências, em especial, aquelas que tiveram no interior do próprio grupo. Assim, entende-se que as configurações são elaboradas por grupos interdependentes de pessoas, ou seja, são organizadas coletivamente. “Nenhum indivíduo (...) é inteiramente autônomo, pois as possíveis singularidades individuais estão sempre enraizadas nas figurações sociais e vice-versa” (Hunger, Rossi & Souza Neto, 2011, p. 701).

Tendo em mente que as experiências humanas acontecem em contextos culturais estruturados, os quais são perpassados por crenças, valores e práticas historicamente consolidadas, que canalizam os processos de significação, orientando assim, o modo de agir, pensar e sentir dos sujeitos (Madureira, 2016). Cabe, então, refletir sobre as configurações que a cultura canaliza, uma vez que isso interfere no modo de vida das pessoas e essas interferências podem, por vezes, gerar sofrimento psíquico, uma vez que estipulam padrões comportamentais e estéticos referentes a homens e mulheres, além de favorecerem a disseminação de desigualdades.

A despeito das desigualdades que são observadas entre homens e mulheres, destaca-se, como exemplo mais concreto, uma pesquisa (PME – Pesquisa Mensal de Emprego¹) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, durante os anos 2003 e 2011, em que é notória a diferença entre a remuneração recebida por mulheres e homens com o mesmo nível de escolaridade. As mulheres, independentemente do grupo de anos de estudos em que se encontram, em média, recebem menos que os homens.

Diante do que foi exposto, este artigo teórico busca responder à seguinte questão: De que forma o ambiente cultural em que o sujeito está inserido lhe orienta em relação às questões de gênero?

Pretende-se, então, ampliar as discussões teóricas a respeito do tema gênero e mídia. Sem desconsiderar a importância das pesquisas empíricas, este artigo se deterá no aprofundamento de pesquisas bibliográficas a respeito de questões referentes as representações de feminilidade e masculinidade na sociedade a partir da cultura e da

¹ Pesquisa disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf

mídia. Assim sendo, optou-se pela realização de um artigo teórico, com o intuito de avançar nas teorias e, consequentemente, na compreensão teórica do tema.

Os artigos teóricos são relevantes no meio acadêmico, pois além de proporcionarem o avanço das teorias, eles também servem como base para a realização de pesquisas futuras. À medida que se avança na compreensão teórica, a capacidade de abstração e aprofundamento daquilo que está sendo estudado é aprimorada e isso facilita o desenvolvimento futuro de pesquisas empíricas.

Este artigo tem como objetivo geral discutir como a feminilidade e a masculinidade têm sido representadas na mídia, a partir de diálogos interdisciplinares entre a psicologia, as ciências sociais e o campo das artes visuais.

Início a discussão trazendo a definição de cultura e subjetividade, estas servirão de parâmetro para o desenvolvimento teórico posterior. Em seguida, discuto questões relativas aos processos identitários. E, em um terceiro momento, analiso algumas possibilidades de diálogo entre gênero, mídia e artes visuais.

Cultura e Subjetividade: a constituição do sujeito

O conceito de cultura que será utilizado nesse artigo está ancorado nos processos semióticos, os quais estão na base dos fenômenos culturais e se aplicam tanto à esfera coletiva quanto à esfera individual (Madureira, 2016). Dialogando com a antropologia social e em concordância com a proposta antropológica interpretativa de Geertz (1989), o qual foi influenciado pela sociologia da cultura de Max Weber, o conceito de cultura:

[...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (p.15).

A semiótica é uma ciência formal que estuda os signos e os seus usos. Ela foi construída a partir das ideias de Charles Sanders Pierce (1839-1914), o qual integrou noções filosóficas e matemáticas. Pierce foi um importante intelectual estadunidense no fim do século XIX (Valsiner, 2012). Seus estudos possibilitaram uma maior compreensão acerca dos processos de significação dos seres humanos.

Em suas interações, o ser humano faz uso de signos verbais (palavras) e visuais

(imagens). Esses signos possuem relações complexas e dinâmicas, são artefatos culturais que canalizam os processos de significação das experiências humanas. Através do princípio explicativo da mediação semiótica, é possível compreender as complexas relações que existem entre a cultura e o funcionamento psicológico humano (Madureira, 2016).

Cultura é entendida aqui, como uma produção histórica. Trata-se de uma construção que está diretamente relacionada à história das relações dos grupos sociais entre si. Ao mesmo tempo em que a cultura se transforma pela ação dos sujeitos e grupos sociais, ela transmite um aprendizado coletivo, o qual é passado através de gerações (Cuche, 2002; Madureira & Branco, 2012).

Em concordância com Valsiner (2012), a cultura está dentro e fora do sujeito. Nessa direção, cabe pensar sobre o modelo bidirecional de transferência cultural desenvolvido por esse autor, tal modelo se baseia na transmissão cultural do conhecimento, assim, entende-se que todos os sujeitos transformam ativamente as mensagens culturais. Diante disso e pensando a mídia como um contexto educativo não formal, é importante destacar que os telespectadores por exemplo, que estão diante da televisão, não são seres passivos, que absorvem tudo que é passado através desse meio de comunicação.

Deste modo, tem-se a cultura como:

(...) um sistema aberto que engloba a produção humana e os processos de significação nos seus mais diversos níveis: instrumentos técnicos e tecnológicos, estruturas arquitetônicas, produções artísticas, científicas, filosóficas (...), processos de construção de significados, crenças e valores (...) (Madureira & Branco, 2005, p. 101).

A cultura é, então, um sistema dinâmico, caracterizada por um processo dialético, o qual é marcado pela tensão entre estabilidade e transformação. Assim sendo, a cultura canaliza o desenvolvimento humano, constitui o sujeito psicológico e lhe confere o seu caráter humano (Madureira & Branco, 2005, 2012). Deste modo, entende-se que a cultura orienta o sujeito, no entanto, ela não determina como esse sujeito vai ser, as pessoas são direcionadas pela cultura, mas são capazes de tomar suas próprias decisões.

Nesse sentido, Demo (2005) ao falar de ética, se refere ao compartilhamento de um compromisso ético de convivência justa e partidária, em prol do bem comum. Toda convivência humana implica, em alguma medida, em um código de conduta e vivendo

em sociedade, é comum haver o estabelecimento de normas e sanções. Os sujeitos são capazes de conduzir sua própria vida e história até certo ponto. Afinal, a autonomia absoluta de uns exclui a autonomia de outros. Portanto, a autonomia é relativa, o meu direito acaba, quando o do outro começa, deve haver limites no plano das relações humanas.

O sujeito tem um papel ativo no seu desenvolvimento, ele transforma e é também transformado pelo seu ambiente. Dessa forma, destaca-se a “existência de processos de internalização ativa das mensagens culturais para o nível intra-subjetivo de forma simultânea à atuação de processos ativos de externalização, da pessoa para a cultura coletiva” (Madureira & Branco, 2012, p.127). O sujeito é produto e produtor, ao mesmo tempo em que o ele é orientado pela cultura na qual está inserido, ele é agente em sua existência, ou seja, ele sente, pensa e age.

De acordo com Madureira e Branco (2005), a emergência da cultura possibilitou ao ser humano, conforme já mencionado, um aprendizado coletivo, o qual é transmitido de geração em geração, através de um “processo dialético entre estabilidade e transformação” (p.101). Deste modo, a cultura está permanentemente sendo construída e reconstruída, por meio de um *continuum*, o qual se dá nos contextos dinâmicos das interações humanas.

Em se tratando, por exemplo, das questões de gênero e sexualidade, esta construção e reconstrução contínua dos significados culturais ocorre de forma mais ampla, mediante sistemas que se “articulam às estruturas hierárquicas de poder” existentes entre diversos grupos sociais que estão “presentes em determinado contexto sociocultural” (Madureira, 2010, p. 34).

Então, levando em consideração que o sujeito sempre fala a partir de uma posição histórica e cultural específica e que as experiências humanas acontecem em contextos culturais, os quais são perpassados por crenças, valores e práticas históricas, canalizando de modos diferentes os processos de significação dos sujeitos. Considerando, também, que a cultura constitui o sujeito e está presente em todo o seu desenvolvimento, abordar a cultura permite analisar o desenvolvimento humano em sua natureza simbólica, permite significar o lugar do sujeito (de onde e como esse sujeito fala) (Madureira & Branco, 2012; Madureira & Branco, 2015; Woodward, 2000).

Em se tratando de subjetividade, a definição adotada neste trabalho diz respeito ao conceito proposto por González Rey (2007), o qual foi desenvolvido a partir da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky e colaboradores. A subjetividade diz respeito

a um fenômeno intrínseco ao ser humano, que está inserido na cultura. É individual e singular do sujeito. Trata-se de um sistema complexo e plurideterminado, o qual é marcado pelo curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro de um movimento contínuo das complexas redes de relação que configuram o desenvolvimento social (González Rey, 2007; González Rey 2003).

Para González Rey (2007), a subjetividade possui caráter processual, sistêmico, plurideterminado e não determinista. Ela é marcada pela produção de sentidos subjetivos, os quais “representam a unidade do emocional e do simbólico sobre uma definição produzida pela cultura, unidade na qual um aspecto evoca o outro, sem se converter em sua causa” (González Rey, 2007, p. 136). O enfoque está na produção das experiências subjetivas dos sujeitos, em que a história desse sujeito e os contextos sociais produtores de sentidos, são elementos essenciais de sua constituição (González Rey, 2003).

As criações humanas se constituem como produções de sentido, elas “expressam de forma singular os complexos processos da realidade nas quais o homem está envolvido” (González Rey, 2003, p. IX). Deste modo, os processos aparecem de forma única a partir da integração dos múltiplos aspectos do mundo vivido pelo sujeito, trata-se de uma vivência exclusiva e singular.

O meio externo não é desconsiderado, ele faz parte do contexto em que o sujeito está inserido, está presente em suas experiências, no entanto, ele não determina como serão as produções desse sujeito. O sentido subjetivo é produzido em todos os processos da atividade humana, ele se expressa em ações de nível tanto individual como social, além de manifestar a integração entre organização e processualidade (González, 2007; González Rey citado por Savi, 2015).

Isto posto, ressalta-se a importância da definição de subjetividade, uma vez que esta está presente na formação da identidade. A identidade é “uma forma de configuração subjetiva, são as produções de sentido acerca da construção que o sujeito faz sobre si e como nos identificamos nesta sociedade (...)” (Savi, 2015, p.22).

Além disso, é preciso pensar que a subjetividade não é algo que aparece apenas no nível individual. A própria cultura onde se constitui o sujeito individual “representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade” (González Rey, 2003, p.78). Observa-se então, a relação direta entre cultura e subjetividade, a cultura constitui o sujeito, assim como o sujeito constitui a cultura.

Processos Identitários: as múltiplas identidades de um sujeito

A cultura é responsável “pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas”, atuando “por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero e de orientação sexual (...)” (Heilborn, 1999, p.40). Isso traz implicações para a construção das identidades, uma vez que os valores e as práticas sociais podem orientar os modos de viver dos sujeitos.

A identidade, em concordância com Felipe (2006) é algo impresso pela cultura, elas são nomeadas a partir de um contexto, criam-se expectativas com relação às identidades dos sujeitos e isso tem implicação na forma como as pessoas vivem.

A identidade se refere ao que uma pessoa é, ademais, cabe enfatizar que a identidade “(...) não é uma essência, não é um dado, não é fixa, não é estável, nem centrada, nem unificada, nem homogênea, nem definitiva. É instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. É uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação (...)” (Moreira & Câmara, 2008, p.42).

Hall (1997) considera que essa concepção de identidade, fragmentada, a qual se encontra deslocada ou descentrada do sujeito, pode ser observada de forma mais evidente no sujeito pós-moderno. De acordo com Bauman (2005), a modernidade é caracterizada como sendo líquida, vivemos num mundo em que tudo é ilusório e nada perdura por muito tempo, não há espaço para a solidez. Dessa forma, os sujeitos apresentam identidades de caráter fluído, líquido, o que para Bauman (2005) se faz, inclusive, necessário, uma vez que a sociedade “tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais” e “qualquer tentativa de “solidificar” o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade, lavaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída” (p. 12).

Nessa direção, a identidade é definida historicamente e formada e transformada continuamente. O sujeito pode assumir diferentes identidades a depender do momento em que se encontra (Hall, 1997). Isto posto, somos constituídos por múltiplas identidades, as quais constituem a nossa subjetividade e se expressam de diferentes modos na sociedade.

As relações que são estabelecidas com outros sujeitos interferem na formação das identidades. Dessa forma, os processos identitários conectam sujeitos singulares a determinados grupos sociais, oferecendo direções, por meio da cultura, para a constituição de sua subjetividade (Moreira & Câmara, 2008; Madureira, 2010). Entende-

se que:

(...) ao longo da vida, em meio às interações e identificações com diferentes pessoas e grupos com que convivemos ou travamos contato, construímos nossas identidades, que se formam mediante os elos (reais ou imaginários) estabelecidos com essas pessoas, grupos, personalidades famosas, personagens de obras literárias, personagens da mídia. Identificamo-nos, em maior ou menor grau, com familiares, amigos, colegas de trabalho (...) seguidores da nossa religião, pessoas de nossa geração (...). (Moreira & Câmara, 2008, p.41).

As identidades sociais são construídas com base na cultura e na história, tendo em vista que a identidade é um fenômeno construído em referência aos outros, nas interações entre indivíduos e/ou grupos (Galinkin & Zauli, 2011). Diante disso, cabe destacar o importante papel da memória nessa construção, posto que “é sobre a memória compartilhada por um determinado grupo que as identidades sociais são construídas e, continuamente, reconstruídas no cotidiano” (Madureira, 2010, p. 44). Esse compartilhamento faz com que seja criado um sentimento de pertencimento dos sujeitos ao grupo social.

De acordo com Woodward (2000), a construção das identidades é tanto simbólica quanto social, elas adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas. Outra característica de destaque da identidade é que ela é relacional e marcada pela diferença. Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que ela usa, para ilustrar isso, retoma-se um exemplo apresentado por Woodward (2000) a despeito da marca de cigarros: soldados sérvios e croatas fumavam cigarros, no entanto eles os diferenciavam entre cigarros sérvios e cigarros croatas, demarcavam simbolicamente a diferença, embora se tratando, basicamente, do mesmo cigarro. O mesmo pode acontecer com a escolha de roupas, estilos musicais e etc, as pessoas são marcadas pelas escolhas que fazem e essas marcas as aproximam ou distanciam de outras pessoas.

Conforme é destacado por Galinkin & Zauli (2011), em se tratando de identidade, semelhança e diferença fazem parte da mesma composição, o indivíduo se reconhece e se diferencia ao se comparar com o outro. A compreensão de identidade remete ao mesmo tempo, a igualdade e alteridade. Nesse sentido, o reconhecimento de semelhanças está implicado em comparações, isso presume a existência de diferenças.

Em concordância com Moreira e Câmara (2008), a identidade está intimamente

associada à diferença, há uma marcação simbólica dessa diferença, ou seja, a identidade depende da diferença, àquilo que somos transparece em relação àquilo que não somos. Destaca-se, ainda, que as diferenças são construídas socialmente e, juntamente a elas, encontra-se as relações de poder.

A diferença pode ser construída negativamente, quando isso acontece, práticas de seleção, inclusão e exclusão são feitas, essas práticas se fazem presente na forma como os indivíduos são marginalizados dentro da sociedade, sendo então, “situados e constituídos em teorias, políticas e práticas dominantes” (Moreira & Câmara, 2008, p.44). Essas diferenças formam grupos, os quais se distinguem de diferentes formas, inclusive na linguagem e no diálogo. A exemplo disso, Moreira e Câmara (2008) destacam que “nós” e “eles” é uma forma explícita de marcação da diferença, a qual demarca o “nós” como pertencente ao hegemônico, aquilo que é tido como “normal”, socialmente aceito, e o “eles” como um grupo excluído, “estranho” e considerado até mesmo inferior, o qual foge da normalidade padrão.

Haja vista a complexidade da vida na contemporaneidade, as pessoas não só podem assumir diferentes identidades, como isso lhe é exigido. No entanto, essas diferentes identidades podem entrar em conflito. Existem identidades contraditórias dentro de nós, as quais empurram em diferentes direções, isso faz com que nossas identificações sejam continuamente deslocadas. Em vista disso, podemos vivenciar em nossas vidas pessoais tensões entre as diferentes identidades que exercemos, uma vez que aquilo que é exigido por uma identidade interfere nas exigências das outras (Woodward, 2000; Hall, 1997).

As tensões associadas às expectativas e às normas sociais ocasionam conflitos na formação das identidades, na forma como as pessoas vivenciam suas identidades é mediada pelos significados culturais que são atribuídos sobre as mesmas. Esses significados reforçam, frequentemente, as relações de poder e são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação dentro da sociedade (Woodward, 2000). Nesse sentido, verifica-se que:

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade (Woodward, 2000, p.18).

Em se tratando das diferenças, é importante destacar um fenômeno que está muito presente nas relações cotidianas, se manifestando, muitas vezes, de forma sutil: o preconceito. O preconceito “apresenta suas raízes no universo simbólico da cultura coletiva, nas relações de poder que perpassam as diversas instâncias sociais” (Madureira & Branco, 2012, p.129).

De acordo com Madureira e Branco (2012), os preconceitos são considerados como fenômenos de fronteira. Essas fronteiras são simbólicas e rígidas, as quais foram construídas historicamente e apresentam um forte caráter afetivo, isso ocasiona a construção, também simbólica, de barreiras culturais entre os indivíduos e grupos sociais, acarretando na demarcação rígida das diferenças, reforçando desigualdades e hierarquias entre os grupos sociais, como por exemplo, as desigualdades entre homens e mulheres citadas no início deste artigo.

O preconceito traz implicações tanto no plano das interações sociais, como no plano subjetivo. Deste modo, interfere em termos cognitivos e afetivos, afetando a compreensão que o sujeito tem de si mesmo, como também interfere no mundo social em que o sujeito está inserido (Madureira & Branco, 2012). Assim sendo, o preconceito pode influenciar negativamente na formação das identidades, uma vez que este está intrinsecamente ligado ao sistema de valores pessoais (Madureira & Branco, 2015).

A base do preconceito é o estereótipo, o qual se refere a generalizações feitas sobre determinado grupo. O estereótipo, “é uma atribuição de crenças que se faz a grupos ou pessoas (conscientes ou inconscientes)”, diz respeito a crenças compartilhadas (Pérez-Nebra & Jesus, 2011, p.223). Eles são formados a partir da categorização, a qual tem a função de organizar as informações que são recebidas pelos sujeitos. Os estereótipos podem ser de ordem cognitiva, quando se tende a preservar o sistema de valores, e ideológica, quando se refere a diferenciação em relação a outros grupos (Galinkin & Zauli, 2011).

O preconceito é necessariamente negativo, quando o afeto ligado à crença é positivo, têm-se uma atitude. Quando posto em ação, o preconceito se torna discriminação, tal prática reforça as desigualdades e causa tensões entre os grupos e indivíduos (Pérez-Nebra & Jesus, 2011).

Portanto, as identidades dizem respeito ao que uma pessoa é e por se construída historicamente e estar inserida em uma cultura, a qual orienta a sua formação, falar sobre identidades nos permite refletir acerca dos discursos que circulam na sociedade, estimulando determinadas práticas e não outras. A época, o lugar e o contexto em que o

sujeito vive estão expressos em suas identidades, se manifestando de diferentes modos nos ambientes em que esse sujeito convive. Assim sendo, isso permite compreender as tensões que são vivenciadas pelos sujeitos e as relações de poder dominantes a que esses sujeitos estão submetidos.

Diálogos entre Gênero, Mídia e Artes Visuais

De acordo com Sabat (2001), as investigações acerca das questões de gênero se fazem presentes em estudos feministas desde o final da década de 60, sendo este, abordado a partir de diversas perspectivas. Corroborando com as ideias da autora, a qual discute gênero com base em uma concepção pós-estruturalista, o conceito de gênero surge para se referir às masculinidades e às feminilidades, rejeitando assim, o determinismo biológico. Essa visão evidencia os aspectos relacionais existentes entre homens e mulheres, envolvendo, dessa forma, valores que são construídos socialmente.

O conceito de gênero é uma ferramenta analítica e política, é um meio de decifrar o sentido e de compreender as complexas relações entre as múltiplas formas de interação humana. Esse conceito, visa desconstruir as diversas invenções culturais, como a homofobia e o sexismo, ambos são formas de preconceito, o primeiro é direcionado para a orientação sexual, já o segundo, para às questões de gênero. Estes atuam como fronteiras simbólicas rígidas, que, por sua vez, funcionam como mecanismos de controle, rotulando pessoas e criando barreiras culturais (Madureira & Branco, 2012; Scott, 1995).

A homofobia diz respeito ao ódio por homossexuais e o sexismo corresponde a “uma separação exclusiva entre os gêneros masculino e feminino, o estabelecimento de relações de poder desiguais e a associação de significados pejorativos em relação a um dos gêneros” (Madureira & Branco, 2012, p. 138).

Contudo, não se pode negar a existência de diferenças biológicas entre mulheres e homens. Isto posto, cabe destacar que os estudos sobre gênero objetivam desconstruir perspectivas baseadas em distinções tradicionais rígidas, rompem com os argumentos que defendem as diferenças biológicas para justificar papéis sociais pré-determinados para mulheres e homens.

As discussões sobre gênero visam, então, questionar as justificativas que são dadas às desigualdades sociais entre homens e mulheres com base essencialmente biológica, rejeitam afirmações como “mulher tem que cuidar da casa e fazer comida”, “homens são fortes, têm que trabalhar e proteger a família”. Afirmações como essas são de cunho machista e reforçam as desigualdades já existentes entre homens e mulheres.

É destacado por Madureira e Branco (2015) que a valorização da mulher é tradicionalmente associada à valorização do seu corpo, o que não acontece com os homens, tendo em vista que a masculinidade é marcada por uma lógica cultural hegemônica que incentiva a precocidade e diversidade de experiências sexuais masculinas. Enquanto que a feminilidade é marcada pela “reprodução de significados culturais arcaicos”, os quais “expressam uma visão pejorativa sobre a sexualidade feminina” (p.583).

Dessa forma, constata-se, ainda hoje, uma dicotomia entre: “ (a) feminilidade, passividade, valorização da virgindade e do recato na esfera da sexualidade versus (b) masculinidade, atividade, valorização da precocidade e da diversidade de experiências sexuais” (Madureira & Branco, 2012, p.139).

Através da mídia e das artes visuais, é possível observar como as relações de gênero estão sendo contempladas por determinada sociedade, podendo, desta maneira, constatar os significados culturais que são associados às mulheres e aos homens. Esses significados são constantemente produzidos e reproduzidos no cotidiano, eles também produzem significantes que se relacionam aos comportamentos que são esperados de homens e mulheres, ou seja, àquilo que é desejado socialmente (Madureira, 2010; Sabat, 2001). De acordo com Scott (1995), o gênero é a primeira forma de significar as relações de poder, além de ser um elemento integrante das relações sociais que se baseiam nas diferenças entre os sexos.

Em seu artigo, Sabat (2001) ao estudar as representações de gênero e sexualidade na publicidade, observou que através de propagandas, o discurso publicitário naturaliza e reafirma determinadas representações de homens e mulheres. As mulheres são comumente representadas “dentro de casa, fazendo atividades manuais, ou expondo o corpo como objeto do prazer masculino”, enquanto os homens “ são mostrados frequentemente relacionados à força, à determinação; aparecem muito mais em ambientes abertos” (p. 14).

Cabe ressaltar que essas práticas de normatização podem causar sofrimento psíquico em homens e mulheres que não se encaixam nos padrões construídos socialmente. As mulheres não são encorajadas a se aventurar e os homens que não se adequam à masculinidade hegemônica, a qual estipula um padrão que demarca o que é percebido como masculinidade (comportamentos, sentimentos e interesses esperados de homens), podem ser caracterizados com atributos marcadamente femininos (Sabat, 2001).

Ainda com relação ao sofrimento que determinadas práticas normatizadoras podem ocasionar, Madureira (2010) aborda em seu capítulo que a angústia e a tristeza seriam marcas (processos de significação) dos homens que “falharam no projeto de uma masculinidade bem-sucedida e que, portanto, se aproximam das mulheres com os seus ‘problemas emocionais’ e com as suas demandas relacionais e afetivas ‘desnecessárias’” (p.42).

As relações sociais que são estabelecidas em determinada cultura e/ou sociedade, operam por meio de mecanismos de controle e regulação, os quais normatizam essas relações sociais. Variadas instâncias, dentre elas a mídia, são utilizadas para viabilizar as relações de poder. Essas instâncias “sustentam e são sustentadas por certa visão de mundo, determinados valores e saberes que trazem as marcas das relações de poder entre os distintos grupos sociais” (Madureira, 2010, p.42).

De acordo com Berger (1980), aquilo que sabemos e julgamos afeta o nosso modo de ver as coisas. O tempo inteiro estamos construindo significados e atribuindo significados as experiências que vivenciamos. As palavras e as imagens estão presentes nos processos de socialização dos indivíduos e, enquanto artefatos culturais, elas “podem ser concebidas como instrumentos psicológicos fornecidos pela cultura coletiva que canalizam o pensar, o sentir e o agir das pessoas no fluxo inexorável do tempo” (Valsiner, 2007 citado por Madureira, 2016, p.61; Valsiner, 2012).

Entende-se que as imagens são carregadas de significados e estes são transmitidos às pessoas de diversas formas, as artes visuais e a mídia são exemplos disso. A mídia, além de servir como uma forma de divulgação das normas vigentes, nos diz como devemos ocupar uma posição de sujeito particular (Woodward, 2000).

A mídia é um contexto educativo não formal, desse modo, orienta as pessoas, as quais podem até mesmo, aprender com aquilo que é passado através da mídia, podendo seguir por exemplo, um padrão de comportamento masculino ou feminino, porque está sendo transmitido nos meios midiáticos e é considerado aceitável socialmente, é tido como o “certo”.

Para transmitir informações a mídia se utiliza, também, de imagens. As imagens enquanto representações visuais (desenhos, pinturas, fotografias, imagens cinematográficas, televisivas, etc) envolvem questões cognitivas e não são necessariamente visíveis, podendo ser, por exemplo, perceptivas, se referindo ao modo com a percepção opera (Santaella, 2012).

A imagem pode ser simbólica. Enquanto símbolo, representa significados “que

vão além daquilo que os olhos veem” (Santaella, 2012, p. 19). De outro modo, existem significados que estão encobertos nas imagens, os quais são passíveis de serem analisados. O ser humano está em contato o tempo todo com imagens de diversas formas, por meio de múltiplas fontes, dessa forma, tanto a mídia quanto as artes visuais se utilizam de imagens para transmitir mensagens, essas, por sua vez, trazem em si conteúdos educativos, os quais orientam as pessoas.

A mídia, assim como a cultura, não impõe nada as pessoas, ela orienta e canaliza determinadas práticas e não outras. Essas orientações, mostram-se fortemente nas representações de gênero e sexualidade. Diante disso, torna-se pertinente ressaltar um trecho do artigo de Sabat (2001), onde ela conclui que:

(...) há uma pedagogia, um determinado tipo de currículo que opera através de uma lista de procedimentos e técnicas voltados para produzir e reproduzir tipos específicos de comportamentos, valores, hábitos, atitudes pessoais diretamente conectados com o tipo de sociedade na qual estão inseridos. É, sem dúvida, uma forma de regulação social que tem funcionado no sentido de manter tipos de espaços de segregação de gênero e de sexualidade (p. 20, 21).

Com relação às artes, observa-se que o ser humano se utiliza tanto de signos verbais (linguagem verbal) como visuais (pinturas, esculturas, etc) para atribuir significado às experiências que vivencia e compartilhá-las com os outros. Os signos permitem evocar objetos e/ou situações que não estão presentes no aqui e agora, dessa forma, eles ampliam as possibilidades de ação dos sujeitos e potencializam o funcionamento psicológico humano, tendo interferência não só no plano da ação, mas também no plano cognitivo (Madureira, 2016).

Em se tratando de feminilidade e masculinidade, verifica-se que as artes visuais de tradição europeia trazem significados implícitos em relação à imagem da mulher, colocando-a comumente como objeto. Nesse sentido, Berger (1980) destaca que “os homens agem e as mulheres aparecem (...). Isto determina não só a maioria das relações entre homens e mulheres como também as relações das mulheres consigo próprias (...). Assim, a mulher transforma-se a si própria em objeto (...)” (p.51).

Outro ponto a ressaltar é a questão da sexualidade, esta envolve processos culturais e se constitui historicamente a partir de discursos que a regulam e normatizam no espaço e no tempo, como por exemplo, discursos que afirmam que o homem deve ser ativo sexualmente e a mulher deve ser passiva e preservar o seu corpo. Esses discursos

estão presentes nas imagens produzidas por artistas e são, usualmente, seguidos por uma norma masculina, atribuindo à imagem feminina passividade e submissão em relação ao olhar masculino (Loponte, 2002).

Atualmente, as atitudes e valores que transmitem a tradição da mulher ser representada como um objeto visual, um ser feito para ser olhado e admirado pelo homem, fortemente inspirada nos modelos europeus, são expressos através de meios mais difundidos de informação, como a televisão, o jornalismo e a publicidade – mídia. A publicidade apresenta representações de homens, mulheres, crianças etc, ao mesmo tempo em que ela produz um tipo de sexualidade adequado a cada sexo, isso é difundido e mostrado como algo que deve ser seguido rigidamente pelas pessoas (Berger, 1980, Sabat, 2001).

Crenças e valores pessoais podem interferir no modo como as pessoas analisam e constroem concepções a respeito dos fatos e acontecimentos, “aquilo que sabemos ou aquilo que julgamos afeta o modo como vemos as coisas” (Berger, 1980, p.12). Nota-se, em concordância com Woodward (2000), que em momentos particulares, as promoções de marketing (propagandas, novelas, filmes e etc), podem influenciar a construção de novas identidades, uma vez que transmitem aos sujeitos modos de ser.

Considerações Finais

Tendo em vista o objetivo do artigo, o qual consistiu em analisar como a feminilidade e a masculinidade têm sido representadas na mídia, a partir de diálogos interdisciplinares entre a psicologia, as ciências sociais e o campo das artes visuais, constatou-se, a partir da pesquisa bibliográfica realizada, que a mídia e, de uma forma mais implícita, as artes visuais, exercem forte influência nas orientações dos sujeitos com relação às questões de gênero e sexualidade. Os processos de significação dos sujeitos acerca da feminilidade e da masculinidade também são visivelmente influenciados. Essas orientações e processos de significação, são transpassados pelo ambiente cultural, estabelecendo padrões comportamentais e estéticos socialmente esperados de homens e mulheres.

As configurações que decorrem desses processos interferem no modo de vida das pessoas e, por estarem fortemente presentes no ambiente cultural e social, afetam a formação de opinião das pessoas, tanto em relação a si mesmas, quanto em relação aos outros sujeitos. Essas configurações produzem também consequências negativas, à exemplo disso, tem-se o aparecimento do sofrimento psíquico de homens e mulheres

como consequência do estabelecimento de padrões sociais, os quais acarretam em desigualdades sociais e na disseminação de relações de poder. Isto posto, cabe destacar que a atuação de psicólogos frente a essas demandas se torna crucial, uma vez que estes podem atuar de forma a atender as necessidades que surgem diante desses temas.

Pensando na atuação do psicólogo no contexto clínico, um dos desafios desse profissional, é conseguir trabalhar com essas demandas para além da clínica, pensando nos outros ambientes em que o sujeito está inserido e nas diversas relações que ele mantém e pode vir a estabelecer. É importante que o psicólogo compreenda o indivíduo além de seu corpo físico, compreendendo-o também em suas práticas e vivências, sempre lembrando que esse sujeito está inserido em uma cultura e vive em determinado momento histórico.

Tendo em vista a influência da mídia nos dias atuais, este artigo buscou contribuir para uma maior compreensão das representações de feminilidade e masculinidade. Contribuiu, também, para a ampliação da discussão sobre as desigualdades entre os gêneros e as relações de poder vivenciadas por homens e mulheres. Ademais, o presente artigo serve como base para o desenvolvimento de futuras pesquisas empíricas sobre o tema.

Sugere-se a realização de mais investigações teóricas sobre o tema e a execução de pesquisas empíricas, tendo em mente que este artigo se restringiu ao campo teórico e que se tratam de questões emergentes, as quais se referem a um tema amplo, com múltiplas vias de investigação. Este estudo não teve o intuito de esgotar as investigações na área, muito menos de abordar os diversos aspectos relacionados ao tema em questão. Portanto, o desenvolvimento de pesquisas futuras, teóricas ou empíricas, pode explorar mais significativamente as questões que permeiam as representações sobre feminilidade e masculinidade e os desdobramentos decorrentes.

Diante de tudo que foi exposto e problematizado, cabe levantar uma reflexão acerca da nossa atuação individual e cotidiana, como sujeitos ativos, inseridos em uma sociedade e dentro de uma determinada cultura. Será que nós, como sujeitos que pensam, sentem e agem, estamos contribuindo para a manutenção de desigualdades e relações de poder?

Referências Bibliográficas

- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Berger, J. (1980). *Modos de ver*. São Paulo: Martins Fontes. [Capítulos: 1 e 3] Cuche, Denys. *Hierarquias sociais e hierarquias culturais*. Em: *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 143-174.
- Demo, P. (2005). *Éticas multiculturais: sobre convivência humana possível*. Petrópolis: Vozes. [Introdução; Parte I – Uma sociologia das éticas, pp. 9-36]
- Felipe, J. (2006). *Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia*. Rio Grande do Sul: UFRGS Estante Virtual. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/pesquisa/gein/artigos/Representações%20de%20gênero,%20sexualidade%20e%20corpo%20na%20m%C3%ADdia.pdf>
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). *Identidade social e alteridade*. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.
- Geertz, C (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- González Rey, F. (2007). *Psicoterapia, Subjetividade e Pós-Modernidade: uma aproximação histórico-cultural* (p.92 - 149). São Paulo: Thomson Learning.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Hall, S. (1997). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Heilborn, M. L. “*Construção de si, gênero e sexualidade*”, in: Heilborn, Maria Luiza. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.
- Hunger, D., Rossi, F., & Souza Neto, S. (2011). *A teoria de Norbert Elias: uma análise do ser professor*. Em *Educação e Pesquisa*, 37(4), 697-710. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022011000400002>
- Loponte, L. G. (2002). *Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino*. Estudos Feministas, 10(2), 283-300. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14958.pdf>
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2005). *Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano*. Em M. A. Dessen & A. L. Costa Júnior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 90-109). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). *Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23(1), 81-90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a10v23n1.pdf>

Madureira, A. F. A. (2010). *Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito*. Em A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 31-63). Brasília: Tecnopolik.

Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). *As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola*. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.

Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as*. *Temas em Psicologia* (Ribeirão Preto), 23(3), 577- 591. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a05.pdf>

Madureira, A. F. A. (2016). *Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais*. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Arte e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82). Curitiba: Juruá.

Moreira, A. F. B. & Câmara, M. J. (2008). *Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica*. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 38-66). Petrópolis - RJ: Vozes.

Pérez-Nebra, A. R. & Jesus, J. G. (2011). *Preconceito, estereótipo e discriminação*. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social: principais temas e vertentes* (pp. 219-237). Porto Alegre: ArtMed.

Sabat, R. (2001). *Pedagogia cultural, gênero e sexualidade*. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 9-21.

Santaella, L. (2012). *Leitura de imagens*. São Paulo: Melhoramentos.

Savi, R. M. (2015). *Os impactos do discurso de ódio na saúde mental de ativistas dos direitos humanos*. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Psicologia, Centro Universitário de Brasília - UniCeub, Brasília. [Introdução e Fundamentação Teórica, pp. 8-23]

Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*. Tradução de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed. [Capítulo 1 – Aproximações à cultura: bases semióticas da psicologia cultural].

Woodward, K. (2000). *Identidade e diferença: uma introdução conceitual*. Em T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis: Vozes.